



PROJETO **Mulheres**
na Ciência Política



ABCP
Associação Brasileira
de Ciência Política

PROJETO Mulheres na Ciência Política

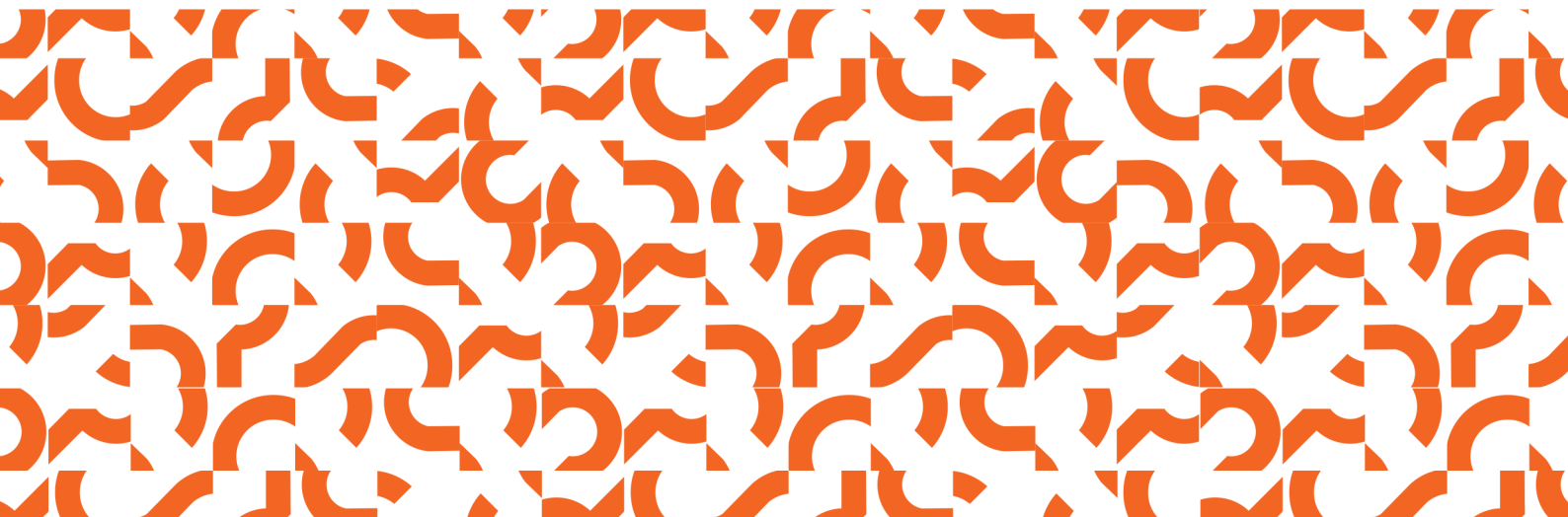
Coordenação: Carla Almeida, Cristina Buarque de Hollanda, Flávia Biroli, Luciana Tatagiba, Vanessa Elias de Oliveira

Comissão executiva: Carla Almeida, Cristina Buarque de Hollanda

Revisão e finalização: Bianca Florencio

Programação visual: Bruno Maggioni, Contágio Criação

Uma realização da Associação Brasileira de Ciência Política, sob a gestão (2018-2020) de Flávia Biroli (presidente), Fernando Guarnieri (secretário executivo), Luciana Tatagiba (secretária executiva adjunta), Ednaldo Ribeiro, Fabiano Engelmann, Luciana Ballestrin, Maria Dolores Lima da Silva, Mariana Batista, Monique Menezes, Ricardo Fabrino Mendonça, Rogério Arantes, Vanessa Elias de Oliveira.



ENTREVISTAS

1. Argelina Figueiredo (UERJ), por San Romanelli Assumpção (UERJ)
2. Céli Pinto (UFRGS), por Luciana Ballestrin (UFPEl)
3. Celina Souza (UNIRIO), por Maria Abreu (UFRJ)
4. Cristina Carvalho Pacheco (UEPB), por Lizandra Serafim (UEPB)
5. Denise Paiva (UFG), por Fabiana da Cunha Saddi (UFG)
6. Eliane Superti (UNIFAP), por Camila Maria Risso Sales (UFLA)
7. Evelina Dagnino (UNICAMP), por Flávia Cristina Regilio Rossi (Unicamp)
8. Gabriela Tarouco (UFPE), por Monique Menezes (UFPI)
9. Lígia Helena Hahn Lüchmann (UFSC), por Carla Ayres (Pesquisadora Independente)
10. Lindijane de Souza Bento Almeida (UFRN), por Olívia Cristina Perez (UFPI)
11. Lourdes Sola (USP), por San Romanelli Assumpção (UERJ)
12. Luciana Aliaga (UEPB), por Lizandra Serafim (UEPB)
13. Maria Hermínia Tavares de Almeida (USP), por Vanessa Elias de Oliveira (UFABC)
14. Maria Luzia Álvares (UFPA), por Maria Dolores L. da Silva (UFPA)
15. Maria Regina Soares de Lima (UERJ), por Letícia Pinheiro (UERJ) e Carlos Milani (UERJ)
16. Maria Teresa Miceli Kerbauy (UNESP), por Carla Ayres (Pesquisadora Independente)
17. Maria Teresa Sadek (USP), por San Romanelli Assumpção (UERJ) e Glenda Mezarobba (Pesquisadora Independente)
18. Maria Victoria de Mesquita Benevides (USP), por San Romanelli Assumpção (UERJ) e Glenda Mezarobba (Pesquisadora Independente)
19. Maria de Fátima Junho Anastasia (UFMG), por Helga do Nascimento de Almeida (UNIVASF)
20. Maria do Socorro Sousa Braga (UFSCar), por Carla Ayres (Pesquisadora Independente)
21. Marilde Loiola de Menezes (UnB), por Danusa Marques (UnB)
22. Marlise Matos (UFMG), por Breno Cypriano (UFMG)
23. Marta Arretche (USP), por Luciana Martins (UFES)
24. Mônica Mata Machado de Castro (UFMG), por Claudia Feres (UFMG)
25. Monique Menezes (UFPI), por Camila Maria Risso Sales (UFLA)
26. Nírvia Ravena (UFPA), por Maria Dolores L. da Silva (UFPA)
27. Rachel Meneguello (UNICAMP), por Luciana Tatagiba (Unicamp)
28. Raquel Kritsch (UEL), por Carla Almeida (UEM)
29. Sônia Draibe (UNICAMP), por Vanessa Elias de Oliveira (UFABC)
30. Vera Chaia (PUC-SP), por Natasha Bachini (UERJ)

O PROJETO

A Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP) tem um compromisso histórico com a compreensão e o aprimoramento da Ciência Política no Brasil. É neste sentido que, no momento atual, se volta para as relações de gênero e analisa as diferentes formas como essas relações estruturam os contornos do nosso campo disciplinar e o exercício da profissão. Nosso objetivo com esse projeto é duplo. Por um lado, buscamos dar continuidade a esforços das diretorias que nos precederam no sentido de resgatar nossa memória institucional. Por outro lado, queremos evidenciar a contribuição das mulheres na construção dos alicerces de nossa disciplina, algo nem sempre devidamente considerado.

O Projeto Mulheres na Ciência Política se iniciou em 2018. Uma de suas frentes, desenvolvida ao longo de 2019, foi a realização de entrevistas com mulheres que atuam na área. São mulheres de diferentes gerações e regiões do país, cujas trajetórias denotam forte compromisso com a construção e consolidação da Ciência Política, por meio das atividades de pesquisa, de ensino e do desempenho de funções administrativas em diferentes âmbitos.

Ao todo, foram 30 entrevistas, que agora tornamos públicas. Contamos com o trabalho e apoio qualificado de 23 entrevistadoras, também da área de Ciência Política, com afinidades teóricas e, em muitos casos, parcerias e proximidade afetiva com as entrevistadas. A todas elas, entrevistadas e entrevistadoras, agradecemos por terem aceitado fazer parte desse projeto, por sua seriedade, compromisso e afabilidade em todo o processo. Nos encontros que resultaram nas entrevistas aqui reunidas, a produção do conhecimento e a afetividade estiveram entrelaçadas. Para nossa Diretoria, essa dimensão do projeto foi algo muito valioso, visto encarnar nossa aposta em uma forma de produção do conhecimento que seja ao mesmo tempo rigorosa e solidária, onde o cuidado de si e o cuidado do outro não sejam contrapostos à produção intelectual, mas seu ingrediente ineludível.

Vemos essas entrevistas como um momento inicial dos esforços da ABCP para reconhecer a relevância das cientistas mulheres e melhor entender quem são, suas trajetórias e se, e como, o fato de serem mulheres toca seu desenvolvimento acadêmico e profissional. Esperamos que outros esforços se somem a esses e mais trajetórias possam ser conhecidas.

Para além da visibilidade, nosso objetivo é contribuir para a reflexão sobre relações de poder no próprio campo. As entrevistas, assim como o livro Mulheres, poder e Ciência Política, organizado pelas coordenadoras do projeto e que será publicado pela Editora da Unicamp no ano de 2020, oferecem diferentes tipos de dados e experiências narradas que permitem identificar vieses e problemas que merecem nossa atenção.

Iniciamos esta breve apresentação mencionando o compromisso da ABCP com a compreensão e aprimoramento da Ciência Política no Brasil. Gostaríamos de finalizar o texto ressaltando que nosso entendimento é que isso envolve a construção de relações mais igualitárias e democráticas, dentro e fora da academia e da disciplina. Há muitos desafios para a produção do conhecimento e, também, para a reinvenção das relações de gênero, de modo que violência, assédio e a reprodução de práticas formais e informais que significam desvantagens para as mulheres sejam superadas.

Flávia Biroli (presidente Abcp)

Fernando Guarnieri (secretário executivo)

Luciana Tatagiba (secretaria adjunta)

Diretoria ABCP 2018-2020

NOTA DA COMISSÃO EXECUTIVA

O Projeto Mulheres na Ciência Política traz a público trajetórias profissionais femininas que marcaram a constituição e a expansão desse campo disciplinar no Brasil. Ao longo dos anos de 2018 e 2019, ele promoveu a entrevista de 30 cientistas políticas brasileiras de diferentes gerações, regiões e instituições. Temos clareza de que se trata de um conjunto muito reduzido de profissionais de uma área cujos esforços de estabelecimento e expansão foram significativamente femininos. Com intenção apenas exploratória – que poderá ser ampliada e aprimorada no futuro – o projeto contemplou mulheres que iniciaram sua formação em fins dos anos 60 e 70 e empreenderam as primeiras ações de institucionalização da Ciência Política no país, mulheres que participaram ativamente do processo de consolidação da Ciência Política nas décadas seguintes e, por fim, mulheres que atuaram na expansão experimentada pela área no Brasil, notadamente nos anos 2000, com a criação de novos programas de graduação e pós-graduação pelo território nacional.

Nessa empreitada, contamos com uma equipe de 23 colegas entrevistadoras que tinham ou tiveram alguma relação prévia com as entrevistadas, seja de orientação, vida profissional em comum, e/ ou afinidade e admiração intelectual. A elas agradecemos a generosa disponibilidade e também o entusiasmo com que acolheram o projeto. A partir de um roteiro semiestruturado proposto pelas organizadoras deste projeto após debate amplo, as entrevistadoras atuaram com liberdade e acrescentaram suas próprias questões às entrevistadas, ao sabor do próprio curso das entrevistas e também de suas cumplicidades com as entrevistadas. O material farto que resultou desse empreendimento coletivo tem traços comuns que permitem estabelecer comparações entre as entrevistas, mas tem também marcas das interações muito particulares entre entrevistadas e entrevistadoras. Na organização do material, além de pequenos textos livres de auto-apresentação das entrevistadas, incluímos também trechos em que as entrevistadoras comentam sua experiência de entrevista e, assim, dividem com o leitor elementos para que possam compreender seu contexto de interação.

Evidentemente, as entrevistas não esgotaram a pluralidade das trajetórias das mulheres partícipes da construção e expansão da área no país e deixaram de fora centenas delas. Entretanto, a preocupação em contemplar diferentes gerações, regiões e filiações institucionais gerou um corpus discursivo multifacetado, rico e suscetível a diferentes perguntas de pesquisa e interpelações analíticas. A expectativa é de que esse material inspire outras iniciativas que ampliem nosso conhecimento sobre a Ciência Política, a presença das mulheres e outros marcadores de desigualdade que fizeram e fazem parte da construção desse campo disciplinar no país.

Carla Almeida

Cristina Buarque de Hollanda

**Comissão Executiva do Projeto
Mulheres na Ciência Política**

Nota introdutória

FABIANA DA CUNHA SADDI

Foi uma honra entrevistar a Professora Doutora Denise Paiva no âmbito do projeto “Mulheres na Ciência Política” da ABCP. A entrevista foi realizada no dia 07 de janeiro de 2019, na sala da referida professora, no prédio da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás, em Goiânia. Dona de uma pontualidade e comprometimento implicáveis, Denise já se encontrava à minha espera quando cheguei e familiarizada com o projeto e questionário. A entrevista se deu de forma objetiva e cordial, o que, aliás, são traços da personalidade e atuação de Denise. Nestes anos de UFG, como testemunhei em várias ocasiões, sua objetividade cordial mostrou-se como elementos-chaves na condução de assuntos acadêmicos e administrativos em nossa faculdade e programa de pós-graduação em Ciência Política. Sua experiência em questões relacionadas a democracia, instituições e partidos políticos é reconhecida em todo território nacional e em esferas do mundo internacional – fruto de sua *expertise* refinada e fidelidade às temáticas. Denise ainda mostra-se como referência em estudos sobre mulheres na Ciência Política goiana. Todos estes elementos, no entanto, são tratados por Denise de forma singela – porém firme – e com nuances de humildade e *savoir-faire* durante a entrevista. Isto, creio eu, deve-se a forma como, cotidianamente, a prática do ofício revela sua ética vocacional. Ofício, responsabilidade e atuação cotidiana se confundem na prática, sendo o primeiro, portanto, estropado para mais além do ofício formal, estando já cotidianamente embutidos nas práticas profissionais de Denise de forma que objetividade, cordialidade, experiência, comprometimento, constância *vis-a-vis* a *expertise*, singeleza e firmeza, e responsabilidade cotidiana definem esta mulher da Ciência Política brasileira. Que Denise, assim como as demais mulheres selecionadas e reconhecidas neste projeto da ABCP, nos inspirem, especialmente a mulheres como eu, que ainda tem um caminho a ser traçado, e de forma não menos significativa a homens, que procuram fazer a diferença em nossa área de conhecimento e atuação.

Auto-apresentação

DENISE PAIVA

Professora titular de Ciência Política da Universidade Federal de Goiás (UFG), na qual trabalho desde 1993, possuo graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Goiás, mestrado em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), doutorado também em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (USP) com bolsa sanduíche na *University of Notre Dame*, nos Estados Unidos, no *Kellog Institute for International Studies*, mesma universidade em que fiz meu *pós-doc* em 2006. Minhas principais áreas de pesquisa e atuação são: política partidária, estudos eleitorais, eleições, participação e representação política, gênero e participação política. A partir da minha dissertação, o tema “estudo dos partidos políticos e seu papel central no regime democrático” tornou-se perene em todos os meus trabalhos. Acredito que minha atuação profissional e publicações tenham contribuído, de alguma maneira, para compreensão e análise da atuação e papel dos partidos políticos e do sistema partidário no Brasil como atores fundamentais para o funcionamento da democracia.

Entrevista

Fabiana da Cunha Saddi: *Estamos iniciando a entrevista com a professora Denise Paiva, da Universidade Federal de Goiás [UFG] para o projeto da ABCP “Mulheres na Ciência Política”. Denise, você poderia falar um pouco sobre a sua trajetória na Ciência Política? Vamos abordar a primeira questão: Apresente a sua trajetória profissional.*

Denise Paiva: Meu encontro com a universidade aconteceu quando fui aprovada no vestibular, no início dos anos de 1980. Fiz graduação em Ciências Sociais aqui na UFG e, ao iniciar meus estudos, fiquei fascinada com aquele mundo diferente e cheio de novidades que se abria diante de mim – eram anos de grandes expectativas e esperanças pelo retorno da democracia no país e, na universidade, esse tema estava no centro das discussões –, era tudo muito diferente do ambiente que conhecia até então. Eu vinha de um universo escolar muito tradicional, escolas católicas, cristãs, e um ensino médio voltado apenas para a aprovação no vestibular. Quando entrei na faculdade, fui arrebatada por aquele novo ambiente e logo me envolvi com o movimento estudantil. Todos aqueles sonhos de mudar o mundo foram tomando forma e, em grande medida, influenciando a pessoa que me tornei. Foram anos muito felizes e de muitas descobertas. Já no primeiro semestre, percebi que havia feito a escolha certa: estava em um ambiente que me permitia questionar o mundo, a ordem e os valores estabelecidos; um lugar comum entre os jovens de todas as épocas. A leitura já era um hábito, para mim, desde a infância por influência e incentivos do ambiente familiar e isso foi se solidificando pela influência dos professores que, mais adiante, se tornaram colegas de trabalho e alguns até grandes amigos. A predileção pela área de Ciência Política foi se aprofundando e se consolidando desde o início da graduação e a professora Maria Alice de Menezes foi a responsável por me apresentar a Ciência Política. Lembro de suas aulas e de como todo aquele novo linguajar, ideias e autores me encantavam. Tive, ainda, a oportunidade de atuar, por dois anos, como sua monitora, o que me permitiu uma aproximação maior com a disciplina e com docentes da área, como o Francisco Itami, bem como participar em algumas pesquisas. Essa experiência me trouxe a certeza de que o próximo passo seria o mestrado em Ciência Política, o que me daria a chance de ingressar na universidade como professora. A pós-graduação na UFG era praticamente inexistente – muito diferente do cenário de hoje. Um pouco mais de um ano após concluir o bacharelado, iniciei o mestrado na UFRGS, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em Ciência Política, o que foi uma grande mudança. Começar uma nova etapa da formação em uma nova universidade foi um misto de independência e desafio. Fui morar, pela primeira vez, longe de casa e tive de aprender a cuidar de mim e de minhas coisas. Mas o caminho não foi tão difícil, porque meus pais sempre me apoiaram e incentivaram de todas as formas. No mestrado – que havia uma duração mais longa do que nos dias de hoje –, demorei um pouco para encontrar um tema de pesquisa, mas a cada dia me empolgava ainda mais com os estudos. Aos poucos, tudo foi tomando forma sob a influência da conjuntura do momento: a transição política com todas as suas promessas e esperanças. Escolhi como tema da dissertação o discurso e a estratégia política do PMDB [Partido do Movimento Democrático Brasileiro] para as eleições de 1982. Defendi a dissertação intitulada *Oposição e transição democrática: a estratégia peemedebista* em 1990 e fui orientada pelo professor Héglio Trindade. Como disse, o tema da dissertação era a estratégia do PMDB para as eleições de 1982, especificamente a construção de um discurso político de “oposição histórica”, era o partido catalizador do descontentamento com o regime autoritário e com reais condições de derrotá-lo nas urnas. Em suma, a defesa do voto útil. Como recurso de investigação, além da análise de discurso,

examinei documentos partidários, o desempenho eleitoral do partido nas eleições anteriores, o resultado do pleito de 1982, seu impacto nos desdobramentos futuros da transição política e um conjunto de entrevistas com integrantes da elite partidária. Quando concluí o mestrado, trabalhei em duas instituições privadas por dois anos, dentre elas a PUC-GO [Pontifícia Universidade Católica de Goiás]. Fiz um concurso para trabalhar aqui na UFG, passei e, no início de 1993, tomei posse como professora na Universidade Federal de Goiás, onde me graduei. Foi um pouco a sensação de voltar para casa, estar em um lugar familiar e reencontrar minhas raízes acadêmicas. Aqui na UFG, no início dos anos de 1990, a área de Ciência Política ainda era muito incipiente, principalmente se comparada a Sociologia e a Antropologia. O número de professores era bastante reduzido. Além disso, na área de Ciências Sociais como um todo, poucos professores tinham obtido o título de doutor. Ou seja, o ensino se concentrava basicamente na graduação ou pós-graduação *lato sensu* e as atividades de pesquisa eram ainda muito tímidas. Portanto, era uma oportunidade e um desafio. Assim que ingressei na UFG, além da docência, iniciei as atividades de orientação de alunos de graduação – trabalhos de final de curso e iniciação científica – e, em 1994, assumi a coordenação do curso de Ciências Sociais. Essa foi a primeira experiência administrativa que tive na UFG e foi um desafio, pois havia ingressado há pouco mais de um ano na instituição e ainda não estava familiarizada com vários trâmites e procedimentos administrativos. Assim, me deparei com o seguinte quadro: de um lado, estava em uma posição que havia sonhado desde a graduação, enquanto aguardava a ocasião para realizar o doutorado tão logo concluísse o estágio probatório. De outro, havia todo um processo de construção institucional pela frente, a ampliação e consolidação da área de Ciência Política e, quem sabe, a criação de um programa de pós-graduação. Em 1996, logo depois do estágio probatório, ingressei no doutorado em Ciência Política na Universidade de São Paulo [USP], o que foi um marco decisivo para minha formação profissional e acadêmica. Aquele ambiente de discussões e pesquisas, assim como as disciplinas cursadas, me deram uma base sólida para seguir em frente na minha carreira na UFG. No doutorado, tive a orientação da professora Maria D’Alva G. Kinzo, que teve um papel crucial. Sem sombra de dúvida, a minha filiação decisiva aos estudos sobre o sistema partidário e os partidos políticos no Brasil foi influenciada, sobremaneira, por sua orientação. Ela era sempre generosa, disponível e “temperada”, com o necessário rigor. A sua capacidade analítica e a decisiva contribuição para esse campo de estudos, certamente, ficaram como uma referência que carrego. Ainda nesse período, tive a oportunidade de realizar um doutorado sanduíche na *University of Notre Dame*, nos Estados Unidos, no *Kellog Institute for International Studies*, sob a supervisão do professor Scott Mainwaring. Aquela foi a minha primeira experiência em uma universidade no exterior. Tive o privilégio de estabelecer contato com pesquisadores bastante renomados, participar de debates e do ambiente acadêmico daquela instituição. O acesso a uma vasta bibliografia, ainda não disponível no Brasil, também foi um elemento crucial para a elaboração da tese – estávamos no final dos anos de 1990 e ainda não possuíamos as facilidades de comunicação e acesso a periódicos via internet. Defendi a minha tese de doutorado em abril de 2001. Nela, investiguei o papel do federalismo como uma das possíveis explicações apontadas para a fragilidade e a descentralização dos partidos políticos brasileiros. Busquei examinar como o federalismo influencia o ambiente institucional sobre o qual os partidos políticos se estruturam. O principal objeto de investigação foi a organização e a dinâmica interna de duas agremiações partidárias: o PMDB e o PFL/DEM [Partido da Frente Liberal/Democratas]. A questão central de investigação pode ser resumida da seguinte forma: dado que o federalismo atua como uma força centrífuga sobre os partidos políticos – como sugere a literatura especializada – como o seu processo de formação, institucionalização, formato organizacional e suas elites podem atenuar, ou não, tais efeitos? Para responder essa questão selecionei duas variáveis: a gênese e o processo de desenvolvimento dos partidos políticos; e a organização interna, que compreende o formato organizacional e sua dinâmica interna. Os dados empíricos revelados pela pesquisa indicaram que o federalismo influenciou de maneira distinta os partidos estudados. Tive a

oportunidade de publicar a tese no formato de um livro, foi uma de minhas primeira publicações. A conclusão do doutorado foi um balizador do desenvolvimento posterior de minha atuação profissional e acadêmica no que se refere aos temas de projetos de pesquisa, publicações e orientações. Após a conclusão do doutorado, me senti mais confiante para continuar a trajetória profissional e acadêmica na UFG. Nesse contexto, não poderia deixar de lembrar dois colegas e amigos que foram fundamentais e com quem compartilhei essa trajetória pela ampliação e consolidação da Ciência Política na UFG: o Robinson Almeida e a Silvana Krause. Eles ingressaram na instituição mais ou menos no mesmo período que eu, mas eu e Silvana fomos colegas durante o mestrado na UFRGS e de lá para cá construímos uma sólida e proveitosa amizade, que tem se traduzido em várias parcerias e publicações conjuntas.

FCS: *Você teve outras filiações institucionais no decorrer de sua trajetória?*

DP: Não. Sempre tive a UFG como filiação institucional. Houve um breve período em que trabalhei nas instituições privadas, mas foi muito curto, foi logo após o término do mestrado e antes de fazer o concurso para a UFG.

FCS: *Fale um pouco sobre o seu pós-doutorado como parte de formação.*

DP: Fiz o *pós-doc* na Universidade de *Notre Dame* também, em 2006. Tive algumas incursões em termos de pesquisa, de parceria, na *York University*, em Toronto; depois na Universidade de Buenos Aires, mas sempre períodos curtos. Em termos de filiação institucional e de formação, acho somente isso digno de nota.

FCS: *Conte-nos sobre as suas áreas de pesquisa na qual trabalhou e trabalha.*

DP: Em relação às minhas áreas de interesse de pesquisa, desde o mestrado – há uma continuidade – me interessa a discussão sobre democracia, instituições, com ênfase em partidos políticos. Democracia, eleições e comportamento político: todos os meus trabalhos, minhas publicações, minha dissertação, minha tese vão nessa direção. Mais recentemente, meado dos anos 2000, iniciei um projeto que teve financiamento da Fapeg, Fundação de Amparo à Pesquisa em Goiás, sobre mulheres e a participação política. É uma área que também venho pesquisando, não com tanta ênfase como a outra que mencionei, mas tenho uns trabalhos, orientei algumas dissertações, publiquei algumas coisas. Em relação às influências de obras e autores, no início, no meu mestrado, foram os estudos sobre democracia, transição política... Basicamente, os autores que têm me influenciado são os que estudam o papel das instituições, o novo institucionalismo, a discussão sobre a democracia aqui no Brasil...

FCS: *Você não quer citar autores, obras, umas teorias? Alguma que você ache mais relevante?*

DP: Não sei se teria um mais relevante. Acho que todos esses autores que publicam nessa área são importantes. Não há nenhum que se destaque a ponto de dizer “ah, esse me influenciou sobremaneira”.

FCS: *Nem tem um conjunto, uns três ou quatro?*

DP: Não. Talvez, no início, os estudos sobre transição política influenciaram um pouco a minha dissertação e, depois, a discussão sobre democracia. Em relação ao apoio financeiro e institucional, tanto no mestrado, quanto no doutorado, no doutorado sanduíche e no *pós-doc* tive apoio financeiro, bolsas da Capes [Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior]. Tive,

também, projetos que foram financiados pelo CNPq [Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico] e também pela Fapeg para dar andamento às linhas de pesquisa e trabalhos que publiquei. No geral, sempre contei com algum tipo de financiamento dos órgãos durante essa trajetória.

FCS: *Vamos passar para o segundo bloco que é sobre a relação entre trajetória acadêmica e vida privada. Gostaria que você falasse como a sua trajetória profissional foi, se foi, afetada por sua vida privada e vice-versa. Depois, se você acredita que a relação entre a vida privada e a atuação profissional se dá de maneira semelhante com seus colegas homens.*

DP: Certamente, para todas as pessoas, a vida privada afeta um pouco a vida profissional. A vida acadêmica exige uma dedicação extrema. No meu caso, pelo fato de, por opção, não ter filhos, acho que foi um facilitador, digamos assim. Deve ser mais difícil, para algumas colegas, conciliarem a criação de filhos com a vida profissional – não posso falar sobre uma experiência que não tenho. O fato de o meu marido também trabalhar na área acadêmica e eu ter optado por não ter filhos – não para me dedicar à vida acadêmica, obviamente, mas por outras razões de ordem privada – facilitou que tivesse mais tempo para me dedicar à vida academia. Observo isso, que é um facilitador para mim. Não vejo que a minha vida privada tenha sido tão afetada pela carreira acadêmica, pois essa foi uma opção que fiz desde muito jovem, quando terminei a graduação. Minha vida profissional me parece ser semelhante a dos meus colegas homens. Não sei muito bem das outras colegas, observo que algumas não. Os homens têm mais tempo livre para se dedicarem à vida profissional; a tarefa de cuidar, de organizar o cotidiano doméstico, de cuidar dos filhos, ainda que seja algo compartilhado, é muito a função da mulher. Há, também, o cuidado com os pais idosos, que acaba recaindo sempre sobre as mulheres. No meu caso, somos três irmãs e tentamos compartilhar isso. A vida familiar afeta de forma diferente mulheres e homens e, obviamente, acaba tendo uma influência na vida profissional de cada pessoa em diferentes medidas, mas, certamente, a vida das mulheres é muito mais afetada.

FCS: *Verdade. Vamos para o terceiro bloco que versa sobre a condição da mulher na Ciência Política e avaliações sobre esse campo disciplinar no Brasil. Como que você avalia os caminhos da academia e, mais especificamente, do campo da Ciência Política no Brasil nas últimas décadas? Fale sobre suas virtudes e limites.*

DP: Especificamente na Ciência Política, o que se percebe nos anos mais recentes, dos anos de 1990 para cá, é uma maior institucionalização da área. Foram criados novos programas, o campo disciplinar cresceu muito, temos profissionais com graduação, pós-graduação e isso é uma virtude; embora saibamos que, basicamente, os recursos, as bolsas PQ [Produtividade em Pesquisa], os programas mais bem avaliados estão concentrados nas regiões sudeste e sul, principalmente sudeste e alguma medida no sul. Se olharmos a distribuição, por exemplo, de bolsa PQ, não existe no centro-oeste e no norte. As pessoas podem até argumentar: “Tem Brasília”, mas Brasília... a UnB [Universidade de Brasília] não espelha a realidade do centro-oeste, é evidente. Acho que esse é um grande limite, embora tenha havido um pouco a expansão da pós-graduação de uma forma mais geral. A minha atuação é muito restrita à minha experiência aqui em Goiás, em termos do quadro geral de desenvolvimento da disciplina. Quando comecei a atuar na área de Ciência Política aqui, basicamente, era uma área inexistente; hoje, temos um quadro de 10 professores. Nesse ponto, tive um papel relevante. Eu, a Silvana Krause e outros professores, basicamente, éramos a área de Ciência Política aqui na UFG no sentido de buscar a expansão da área. Depois, tive um papel importante na criação do programa de pós-graduação em Ciência Política daqui. Creio que a minha contribuição é essa. E com o Reuni, tivemos um impacto positivo que facilitou a criação do

programa, dando condições de expansão da área de Ciência Política e, conseqüentemente, que pudéssemos criar o programa de pós-graduação, novas linhas de pesquisa... Hoje, temos um quadro mais consolidado de professores. Em relação à condição da mulher na academia e na Ciência Política, creio já ter falado um pouco no bloco anterior. No início da organização da ABCP [Associação Brasileira de Ciência Política], tínhamos um papel mais tímido, hoje temos mais mulheres participando na diretoria, nos grupos de trabalho. A Ciência Política não é mais um encontro majoritariamente masculino, a participação das mulheres está crescendo. A importância que vem adquirindo as demandas relacionadas ao gênero no trabalho, nas nossas instituições, cotas, denúncias de assédio... Pode haver discordância nisso, mas acho que, na universidade, vivemos em uma posição muito privilegiada. Não dá para comparar a posição que nós, professoras, temos na universidade. Nunca presenciei – pelo menos na área de humanidade, que conheço mais –, digamos assim, barreiras à participação das mulheres em termos de direção de departamentos e coordenação de programas. Aqui na UFG, já tivemos duas reitoras, temos uma participação expressiva das mulheres nas pró-reitorias, na direção das unidades acadêmicas... Vejo isso de uma forma mais geral e acho que a academia é o lugar em que as mulheres encontram menos dificuldades do que no mundo corporativo, por exemplo. Em relação a denúncias de assédio, creio que talvez esteja mais localizado nas relações professor-aluno. A forma de reverter essa situação é dar visibilidade a essas questões. Acho que as cotas têm sido um instrumento de dar maior acesso para as pessoas de diferentes origens sociais e racial às universidades.

FCS: *Você já enfrentou situações difíceis por ser mulher no exercício da profissão?*

DP: Não. Mais uma vez, particularmente, não acho que isso seja uma questão na universidade. Claro que existe, mas não é tão presente quanto no mundo corporativo, ou em outros locais de trabalho, em outras áreas. Conheci há uns anos uma professora da área de física e ela me disse “esse é um mundo masculino”. Algumas colegas já comentaram alguns fatos em que não é algo dito, mas, por ser mulher, você não tem acesso a determinados locais, determinadas... Mas isso tem mudado muito. Nunca enfrentei situações difíceis por ser mulher no exercício da profissão, mas essa é uma experiência muito particular.

FCS: *Você gostaria de passar alguma outra questão, falar algo mais?*

DP: Não. Achei esse questionário interessante. Gostaria de parabenizar as responsáveis pelo projeto por essa bela iniciativa e por dar visibilidade a nós, mulheres. Gostaria também de agradecer a oportunidade de ter sido convidada a participar como entrevistada e poder estar ao lado de colegas cientistas políticas que tanto admiro.

FCS: *Obrigada pela entrevista.*